

Vinicius Lummertz*

O problema brasileiro não é a falta de atores. É a falta de um excelente roteiro

O Brasil é um país curioso. Produz milhões de páginas para regulamentar e burocratizar o presente, mas não consegue produzir algumas centenas para organizar o futuro.

Há normas para tudo. Regulamentos para tudo. Carimbos, licenças, certidões, pareceres, autenticações e reconhecimentos de firma. Exigem-se documentos detalhados para abrir empresas, construir empreendimentos, contratar funcionários, obter crédito ou pagar impostos.

Mas, quando chega o momento de discutir o destino nacional, o rigor desaparece. Talvez por isso nossa vida pública se pareça cada vez mais com uma novela. Discutimos personagens, acompanhamos conflitos, reagimos aos acontecimentos do capítulo da semana, mas raramente debatemos o enredo completo.

A China construiu um formidável projeto. Os Estados Unidos preservam e renovam continuamente sua estratégia. O Brasil administra capítulos.

Essa é uma observação desconfortável para uma das maiores democracias do mundo. Afinal, a democracia representativa não foi concebida como um concurso de popularidade. Em sua essência, é uma disputa entre plataformas, programas, prioridades e visões de futuro. O mandato nasce dos compromissos apresentados à sociedade e legitimados pelo voto.

Mas parece que desistimos de exigir isso. As elites brasileiras não desistiram de seus setores, de suas regiões ou de suas agendas específicas. O que parece ter desaparecido é a disposição de pensar o Brasil como um projeto coletivo.

Os documentos produzidos pela indústria, pelo agronegócio, pelo turismo, pela educação ou pela infraestrutura são importantes. Mas representam partes. Um proje-

to nacional é algo diferente. Precisa integrar essas partes numa visão comum e responder perguntas maiores: onde o Brasil pretende estar em quinze ou vinte anos? Em quais áreas deseja liderar? Como pretende transformar suas vantagens em prosperidade, produtividade e influência internacional?

Poucos países enfrentaram essas perguntas com tanta disciplina quanto a China.

Os planos quinquenais chineses são frequentemente analisados apenas sob a ótica ideológica, quando talvez o aspecto mais relevante esteja em outro lugar: sua capacidade de coordenação. O plano nacional não termina em Pequim. Ele se transforma em planos provinciais, municipais, universitários e empresariais. Forma-se uma cascata de objetivos e responsabilidades que mobiliza governos locais, centros de pesquisa, parques tecnológicos e setores produtivos.

Quando a China decidiu liderar áreas como inteligência artificial, semicondutores, energia limpa e veículos elétricos, não anunciou apenas intenções. Organizou investimentos, infraestrutura, formação de talentos, pesquisa e financiamento.

Talvez a palavra mais adequada seja *mutirão*.

Um *mutirão* nacional de cidades, universidades, pesquisadores, empresas e governos locais trabalhando em torno de objetivos compartilhados. Foi essa capacidade de coordenação que ajudou a retirar cerca de 800 milhões de pessoas da pobreza e posicionou o país na fronteira de algumas das tecnologias mais sofisticadas do mundo.

Os Estados Unidos seguem um caminho institucional completamente diferente, mas não menos revelador. O Departamento de Estado, o Pentágono,

o Departamento de Energia e inúmeras outras instituições produzem regularmente estratégias para tecnologia, segurança, energia, infraestrutura, comércio e competitividade. Governos mudam. Presidentes passam. Mas a reflexão sobre os interesses permanentes da nação continua.

Não se trata de copiar a China ou os Estados Unidos.

Trata-se de compreender um princípio simples: países que sabem para onde querem ir costumam escrever isso antes.

Paradoxalmente, as democracias precisam ainda mais dessa capacidade. A alternância de poder é uma de suas maiores virtudes. Mas mandatos são curtos e a construção de uma nação é longa. Educação, saúde, infraestrutura, ciência, produtividade e inovação não obedecem ao calendário eleitoral. Sem referências estratégicas minimamente compartilhadas, cada governo corre o risco de reiniciar discussões que deveriam estar mais avançadas.

O Brasil já produziu experiências que apontavam nessa direção. O documento Ponte para o Futuro, apresentado durante o governo de Michel Temer, não era um projeto nacional completo, mas uma agenda estruturada de reformas. Concorrendo-se ou não com suas propostas, havia ali um diagnóstico, prioridades e compromissos explícitos. Uma ponte, porém, existe para conduzir a algum lugar. A questão que permaneceu em aberto foi qual seria a estrada seguinte.

Por isso chama atenção a escassez de iniciativas voltadas à formulação de projetos nacionais abrangentes. Há exceções respeitáveis, como o esforço persistente do embaixador Rubens Barbosa em produzir e difundir propostas estratégicas para o país. Mas a relevância de sua iniciativa revela também a dimensão do vazio.

E há uma circunstância que torna essa reflexão ainda mais atual.

O Brasil se aproxima de mais uma eleição presidencial. Este deveria ser o momento em que a sociedade estivesse comparando projetos de país, estratégias de desenvolvimento e compromissos para as próximas décadas.

Mas quem realmente espera isso?

Quem acredita que os próximos meses serão marcados pela apresentação de planos detalhados para o país?

Mais importante: quem está cobrando isso?

Exigimos redação de quem deseja ingressar na universidade. Exigimos provas discursivas para carreiras públicas. Exigimos projetos de quem busca crédito bancário ou investidores.

Mas deixamos de exigir um verdadeiro concurso de redação nacional daqueles que pretendem governar o Brasil.

Talvez o aspecto mais preocupante não seja a ausência dos planos.

Talvez seja a naturalidade com que passamos a conviver com essa ausência.

A China escreve seus planos.

Os Estados Unidos escrevem suas estratégias.

E o Brasil?

O Brasil continua discutindo personagens, conflitos, alianças e desavenças quando deveria estar debatendo o roteiro, os objetivos e os compromissos.

Porque o problema brasileiro não é a falta de atores.

O problema brasileiro é a falta de um excelente roteiro.

***Vinicius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.**

Heber Galarce*

Lula, data centers e o quintal energético do Brasil

O presidente Lula afirmou que data centers são bem-vindos ao Brasil, desde que produzam a própria energia. A frase, em si, não é equivocada. Data centers são cargas intensivas, contínuas e pouco tolerantes a interrupções. Não há razão para que a tarifa do consumidor brasileiro arque com o custo de uma corrida global por processamento de dados.

O problema não está na exigência de energia adicional. Está em permitir que o chefe de Estado faça essa cobrança ao mercado internacional como se o ambiente doméstico já estivesse organizado para viabilizá-la. Não está. E essa lacuna é, antes de tudo, falha de coordenação da política energética sob liderança do Ministério de Minas e Energia.

O Brasil tem uma vantagem rara: sol, vento, área disponível e energia renovável competitiva. Mas vantagem comparativa não vira vantagem industrial por gravidade. Entre um parque eólico no Nordeste e um data center operando 24 horas por dia há transmissão, regulação, tributação, conexão, contratos e armazenamento. É nesse corredor entre potencial e execução que o país tem tropeçado.

Enquanto se cobra que investidores tragam sua própria energia, o sistema brasileiro

corta volumes relevantes de geração renovável. O *curtailment* não é culpa do operador. É decisão técnica para preservar a segurança do sistema quando há restrições de rede, excesso localizado de geração ou falta de flexibilidade. Mas é também o retrato de um país que instalou renováveis em velocidade superior à sua capacidade de escoar e armazenar essa energia.

A resposta clássica, a expansão da transmissão entre Nordeste, Sudeste e Sul, é necessária, mas não resolve a janela atual. Linhas estruturantes levam anos. A corrida por data centers acontece agora. O Brasil tem custo renovável baixo, mas não tem tempo regulatório infinito.

Por isso a agenda deveria ter sido óbvia: transformar excedente renovável em plataforma de infraestrutura digital. Aprovar o Redata. Dar previsibilidade tributária. Fazer um leilão competitivo de baterias. Criar regras claras para armazenamento em geração, transmissão, distribuição e atrás do medidor. Estimular projetos híbridos e colocalizados, nos quais data centers, renováveis e baterias converssem com o sistema.

O que ocorreu foi o oposto da coordenação. A medida provisória do Redata perdeu validade, e o projeto de lei que busca recriar o

regime continua pendente no Senado. A política concebida para atrair data centers com contrapartidas de sustentabilidade virou sinal de incerteza. Numa competição global, previsibilidade pesa tanto quanto preço de energia.

Nas baterias, o atraso é ainda mais simbólico. O primeiro leilão específico de armazenamento foi anunciado como marco, mas avançou em ritmo incompatível com a urgência do problema. Na Aneel, a discussão regulatória foi lenta e controversa. A posição técnica inicial sobre dupla cobrança pelo uso da rede, no carregamento e na descarga, soou menos como aceleração tecnológica e mais como tentativa de encaixar uma inovação sistêmica em lógica tarifária antiga.

Essa indefinição encarece projetos, posterga decisões e reduz a capacidade do Brasil de mostrar ao mundo casos concretos de sucesso. Um país que quer dizer a investidores “produzam sua própria energia” precisa demonstrar que sabe viabilizar a solução completa: geração limpa, conexão eficiente, armazenamento, contratos bancáveis e regras estáveis. Sem isso, a cobrança vira condição correta cercada por um ambiente que a torna mais difícil.

É aqui que a assessoria técnica importa. Não cabe exigir que o presidente domine os

detalhes da TUST, da TUSD, da Consulta Pública 39 ou de um leilão de BESS. Cabe ao MME, como pasta responsável pela política energética, impedir que o chefe de Estado seja exposto a uma contradição pública desnecessária: falar ao mundo como se o quintal estivesse arrumado quando peças centrais seguem fora do lugar.

A crítica, portanto, não é à ideia de autoprodução. É à falta de preparo institucional para sustentá-la. Com Redata aprovado, regulação de armazenamento pró-competitiva, leilão de baterias realizado e plano de transmissão acelerado, a fala presidencial poderia ser ofensiva: venham ao Brasil, absorvam nosso excedente renovável e construam aqui a infraestrutura digital do futuro.

Sem isso, a mensagem é outra: venham, mas resolvam o que ainda não organizamos. Lula acertou na condição. O governo errou na preparação. E, nessa diferença, o Brasil arrisca desperdiçar uma oportunidade em que energia barata, transição climática e política industrial poderiam apontar na mesma direção.

***Presidente do INEL (Instituto Nacional de Energia Limpa)**